



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 413/2016

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 160, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.673.411/0001-87, representada neste ato pelo Superintendente de Gestão Administrativa, Sr. Vanderlei Vanderlino Vidal, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.764.307/0001-12, doravante denominada **CONTRATADA**, com a interveniência da **FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA – FEP, CNPJ 15.255.367/0001-23**, resolvem de comum acordo aditar o **Contrato nº 413/2016**, referente ao PSES 17296/2016, Inexigibilidade de Licitação nº 1541/2016, que tem por objeto o desenvolvimento e a implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina (DIVS/SC), conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Este termo aditivo tem como objeto a **prorrogação** da vigência contratual de **01/01/2020** até **31/12/2020**.
- 1.2. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, mediante conclusão de processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1 O valor total para este aditamento é de **R\$ 440.000,00** (quatrocentos e quarenta mil reais) até o final da vigência.
- 2.2 Doravante o Contrato passa a vigorar da seguinte forma:

Meta	Atividade	RS/ano projeto
1	Colaboração com a VISA nas possíveis demandas emergenciais, manutenção e atualização dos sistemas SIERI e SISTRA	40.000,00
2	Realização de 03 Workshops para definição das áreas de atuação	60.000,00
2.1	Desenvolvimento de material didático/instrucional	
2.2	Realização dos Workshop's	
2.3	Avaliação dos Cursos Workshop's	
3	Desenvolvimento do Marco Regulatório para as áreas de interesse	60.000,00
3.1	Levantamento do referencial regulatório internacional	
3.2	Estabelecimento dos condicionantes regionais na avaliação de riscos e benefícios	
3.3	Proposição e Publicação das Resoluções	
4	Desenvolvimento do Sistema de Informação	200.000,00
4.1	Desenvolvimento dos instrumentos de avaliação	
4.2	Desenvolvimento do Software em versões Web e móbile	
4.3	Validação do Software	
4.4	Formalização e lançamento do Sistema de Informação	
5	Realização de Cursos	40.000,00
5.1	Preparação de material didático	
5.2	Realização de Cursos (2) para até 40 técnicos, com carga horária de 40h.	
5.3	Avaliação dos cursos nas práticas de VISA	
6	Realização de inspeções conjuntas com o Sistema de Informação	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

6.1	Levantamento das demandas	40.000,00
6.2	Realização das inspeções e lançamento no sistema	
6.3	Avaliação e publicação dos resultados	
Total por ano		440.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária:

3.1.1. Projeto Atividade:

3.1.2. Elemento de Despesa:

3.1.3. Unidade Orçamentária:

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. As demais cláusulas e condições do Contrato, ora aditado, permanecem íntegras e inalteradas.

Florianópolis (SC), 13 de novembro de 2019.

[Assinado digitalmente]
Vanderlei Vanderlino Vidal
Superintendente de Gestão Administrativa
CONTRATANTE

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Bahia - IFBA
CONTRATADA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

DESPACHO Nº 130/2019/PROEX-DPP.REI

Prezado Procurador Chefe,

Encaminhamos o processo nº 23278.014931/2019-59 tendo como objeto deste termo aditivo é a prorrogação por mais **12 (doze)** meses, a partir de **01/01/2020**, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o **IFBA** e a **FEP** com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68 para vossa análise e parecer jurídico.

Cordialmente,

Em 14 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JACQUELINE MENESES DE OLIVEIRA**,
Chefe do Departamento de Programas e Projetos, em 14/11/2019, às 11:12, conforme
decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **1294058** e o código CRC **CDA67CBE**.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

DESPACHO Nº 463/2019/PROJUR.REI

Solicito a juntada nete processo do contrato original que será aditivado.

Att.,

Lênio M. Sampaio

PF/IFBA

Em 19 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **LÊNIO MERCÊS SAMPAIO, Procurador Federal**, em 19/11/2019, às 13:01, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **1299624** e o código CRC **ABB14968**.

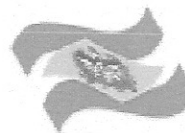
23278.014931/2019-59

1299624v2

Criado por [lsampaio](#), versão 2 por [lsampaio](#) em 19/11/2019 13:01:53.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
GERÊNCIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 413/2016

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA**, através do Processo **SES 17296/2016, Edital 1541/2016** na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, para desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

CONTRATANTE:

CNPJ: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por: Fernando Cesar Lenzi

CONTRATADA:

CNPJ: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
10.764.307/0001-12
Endereço: Rua Araújo Pinho nº 39, Canela, Salvador – BA, CEP: 40110-150
Representada por: Renato da Anunciação Filho

SUB-GESTOR:

Superintendência de Vigilância em Saúde - SUV

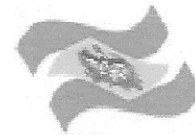
GESTOR:

Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS

○ **IFBA – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA**, autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com sede na Rua Araújo Pinho nº 39, Canela, Salvador – BA, CEP: 40110-150, inscrita no CNPJ sob o nº 10.764.307/0001-12, neste ato representado por seu Reitor, Prof.º Renato da Anunciação Filho, Cédula de Identidade nº. 01321999-55– SSP/BA, CPF nº. 195.341.405-20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Thomaz Gonzaga, nº. 225 - Pernambués - Salvador - Bahia - BA, nomeado pelo Decreto de 13 de agosto, publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2014, com a **interveniência da FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.255.367/0001-23**, com sede à rua Professor Severo Pessoa, nº. 31, Federação, Salvador/BA Cep. 40.210-700, neste ato representada pelo seu Diretor, Dr. José Batista de Oliveira Junior, brasileiro, residenciado e domiciliado, à rua Florida, 203, apt. 103, Parque Universitário, Graça, Cep. 40. 150-480, Salvador/BA, portador do RG nº. 1691274-86, SSP/BA, CPF nº. 099.875.685-72 e a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA/FES**, neste ato representada por seu Superintendente de Compras e Logística, Sr. Fernando Cesar Lenzi, brasileiro, têm entre si, justo e acertado, um Contrato visando o desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, na forma das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1. ○ presente Contrato objetiva o desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado e quantificado na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$ 219.999,96 (Duzentos e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), para vigência inicial, conforme cronograma de desembolso Anexo I deste documento contratual.

2.2. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1. Projeto/Atividade:

2.2.2. Elemento Despesa:

2.2.3. Unidade Orçamentária: FES

2.2.4. Recursos FNS/ANVISA/DIVS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, bem como relatório técnico comprovando as atividades desenvolvidas, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento;

3.2 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.3 – Caso a CONTRATADA venha a optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil –BB;

3.4 - A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual, demonstrando sua regularidade;

3.5 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o serviço prestado. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Inexigibilidade de Licitação e do Processo SES;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Compete a **VISA** nos limites de suas disponibilidades e definições contidas no presente instrumento, sem prejuízo de seus encargos institucionais:

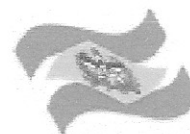
- Realizar os repasses de recursos, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste contrato;
- Proporcionar uma infra-estrutura básica adequada ao desenvolvimento do contrato;
- Garantir as condições técnicas e operacionais capazes de atender às necessidades para a execução deste Contrato;
- Permitir a participação de Técnicos da Secretaria de Saúde, nas atividades de cooperação, sem prejuízo da sua carga horária e dos seus encargos institucionais;
- Disponibilizar local para a realização dos cursos, bem como o deslocamento dos técnicos;
- Disponibilizar equipe técnica e veículo para a realização das inspeções;
- Disponibilizar as informações necessárias para a publicação dos resultados dos estudos, em revistas científicas, garantindo o sigilo dos serviços de saúde;
- Receber e aprovar o Relatório Final do Contrato.

4.2. Compete ao **IFBA**, nos limites de suas disponibilidades e definições contidas no presente instrumento, sem prejuízo de seus encargos institucionais:

- Disponibilizar Profissional qualificado para Coordenar e executar as ações descritas neste contrato;
- Proporcionar uma infra-estrutura básica adequada ao desenvolvimento do contrato;
- Permitir a utilização de seus laboratórios e bibliotecas, para as possíveis visitas técnicas e treinamentos previstos neste contrato;
- Permitir a participação de docentes, pesquisadores e funcionários integrantes dos quadros de pessoal das instituições, nas atividades de cooperação, sem prejuízo da sua carga horária e dos seus encargos institucionais;
- Garantir as condições técnicas e operacionais capazes de atender às necessidades para a execução deste Contrato;
- Executar as atividades decorrentes deste Contrato em conformidade com o Plano de Trabalho em anexo;
- Apresentar Relatórios Técnicos parciais e final.

4.3. Compete à **FEP**, nos limites de suas disponibilidades e definições contidas no presente instrumento, sem prejuízo de seus encargos institucionais:

- Administrar os recursos financeiros implementados decorrentes deste Contrato;



b) Prestar contas no Relatório Final do Contrato.

4.4 - Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde, pelos mesmos;

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

5.1 - O contrato será firmado a partir de 01/07/2016 até 31 de dezembro de 2016;

5.2 - O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos);

5.3 - O contrato poderá ser prorrogado, a critério da SES, nos termos do Art. 57 “caput” da Lei de Licitações de Contratos nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A fiscalização dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, servidor Richard Nicolazzi Garcia (DIVS), matrícula nº 282.638-0-02, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

6.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato;

6.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O Presente Contrato de prestação de serviços poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

7.1.1 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

7.1.2 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

7.2 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2. - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

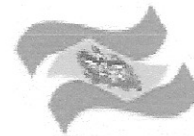
a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;



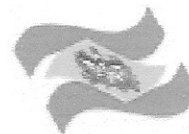
- 8.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- 8.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- 8.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- 8.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Ordem de Fornecimento ou assinar o contrato;
 - d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Ordem de Fornecimento e/ou do contrato;
 - e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
 - f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- 8.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 8.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
- 8.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
- 8.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
- 8.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
- 8.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
 - b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.
- 8.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
 - b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 8.8 - Compete à Gerência de Gestão de Bens e Serviços - GEBES, após análise da Assessoria Jurídica - ASJUR, a indicação das penalidades previstas neste Regulamento, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- 8.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;
- 8.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 8.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.
- PARÁGRAFO ÚNICO** - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

- 9.1. A CONTRATADA não poderá sub-contratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LOGÍSTICA
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
GERÊNCIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS



9.2. Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela CONTRATADA que tenham servido de base à presente Inexigibilidade de Licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Contrato e Anexos.

9.3 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

9.4 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava.

9.5 - O Presente Contrato é regido pela Lei 8.666/1993 e alterações e Decreto Estadual 2617/2009.

9.6 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

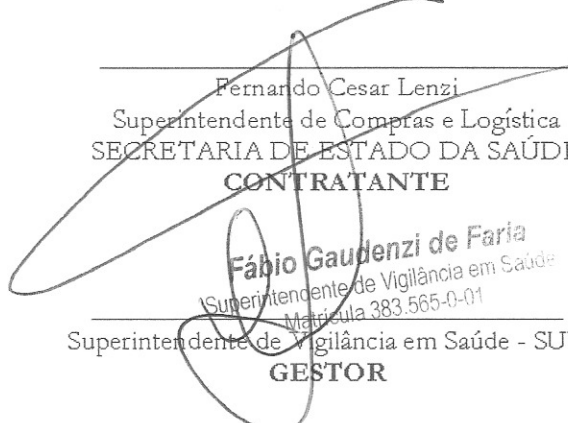
E, por assim acordarem, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

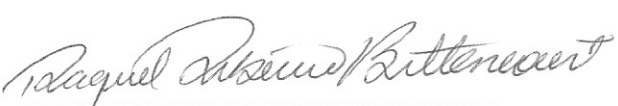
Florianópolis, 07 de julho de 2016.


Prof. Renato da Anunciação Filho
Reitor do Instituto Federal da Bahia


Fernando Cesar Lenzi
Superintendente de Compras e Logística
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CONTRATANTE

Renato da Anunciação Filho
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA
CONTRATADA


Fábio Gaudenzi de Faria
Superintendente de Vigilância em Saúde
Matrícula 383.565-0-01
Superintendente de Vigilância em Saúde - SUV
GESTOR

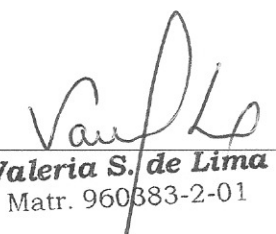

Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS
Raquel Ribeiro Bittencourt
Secretaria de Estado da Saúde/SC
Diretora de Vigilância Sanitária - DIVS
Matr. 194.018-0-01

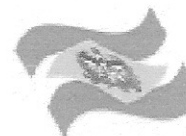
TESTEMUNHAS:

1.


Hanna Karine S. J. Barcelos
Gerente de Gestão de Bens e Serviços
Matrícula 294.536-3-01

2.


Valeria S. de Lima
Matr. 960883-2-01



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO CONTRATO Nº. 413/2016

1. DO OBJETO

Desenvolvimento e implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

2. DA COORDENAÇÃO

As atividades previstas neste Plano de Trabalho serão coordenadas no IFBA, pelos Professores Marcus Vinícius Teixeira Navarro e Handerson Jorge Dourado Leite e na VISA por Lucélia Scaramussa Krcyjy, matrícula nº 365.089-8-01.

3. DA JUSTIFICATIVA

Desde os primórdios do processo de regulação em saúde, o risco tem sido o objeto central do marco regulatório e das práticas de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológica e saúde do trabalhador.

No contexto da vigilância sanitária, tal constatação se torna ainda mais evidente, tendo em vista que a Lei n. 8080/1990 a definiu como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde (...)”.

Essa regulação, focada no risco, é o paradigma atual do processo regulatório, demandando desenvolvimento de novas tecnologias para sua superação.

De forma simétrica ao conceito de risco potencial e do modelo de avaliação de risco potencial (MARF), desenvolvidos pelos pesquisadores do IFBA, existe a necessidade do conceito de benefício potencial para que, em conjunto com o conceito de risco potencial, possa ser desenvolvido o modelo de avaliação de riscos e benefícios potenciais (MARBP), com o respectivo formalismo matemático para ser operacionalizado, principalmente, nas práticas regulatórias da Vigilância à Saúde (Sanitária, Ambiental e Epidemiológica) e Saúde do Trabalhador, sem perder a perspectiva da possibilidade de adaptação para utilização em outras avaliações regulatórias.

A necessidade desse novo modelo, pode ser verificada na cotidianidade das práticas de vigilância sanitária e saúde do trabalhador, como refletiu a recente utilização do MARF em dois serviços de saúde do Estado de Santa Catarina. Apesar do resultado da inspeção indicar risco potencial inaceitável, utilizando indicadores de controle de riscos baseados no Marco Regulatório vigente, a possível interdição dos serviços (radioterapia e hemodinâmica) levaria a interrupção do tratamento radioterápico de 40 pacientes e não disponibilizaria atendimento para emergências cardiológicas. Entretanto, análise sobre a situação de saúde para subsidiar a tomada de decisão sobre a interdição dos serviços, não consta no Marco Regulatório, dificultando uma tomada de decisão que minimize os riscos para os pacientes, mas que tenha base jurídica para o gestor.

Por outro lado, a subjetividade das avaliações sobre a situação de saúde, para subsidiar a tomada de decisão, pode mascarar ingerências, nos processos de gerenciamento de riscos de serviços públicos e privados. Sendo assim, essa dificuldade e subjetividade na tomada de decisão, indicam a necessidade da avaliação do benefício potencial ser incluída formalmente no marco regulatório, contribuindo para ações mais objetivas e transparentes.

Assim, será desenvolvido novo modelo para, de forma complementar ao MARF, incluir a avaliação de benefícios, no campo do gerenciamento de riscos.



4. DA EQUIPE EXECUTORA

Além dos coordenadores, farão parte da equipe executora do projeto, colaboradores do IFBA ou por ele selecionado, bem como Técnicos da VISA.

5. METAS, ATIVIDADES E CRONOGRAMA

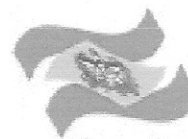
Espera-se que ao final do projeto as metas abaixo sejam alcançadas:

- a) Colaboração com a VISA em possíveis demandas emergenciais;
- b) Realização de 2 Workshop's por ano para definição das áreas de atuação e validação dos instrumentos;
- c) Desenvolvimento do Marco Regulatório para as áreas de interesse que serão definidas em cada Workshop (unidades hospitalares, escolas, creches, restaurante, cozinha industrial, farmácia/drogaria, hemoterapia e ILPI);
- d) Desenvolvimento do Sistema de Informação;
- e) Realização de um curso por ano;
- f) Realização de inspeções conjuntas com o Sistema de Informação.

6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Para a alcançar as metas estabelecidas neste projeto serão realizadas as seguintes atividades:

Meta	Atividade	R\$/ano projeto					
1	Colaboração com a VISA nas possíveis demandas emergenciais, manutenção e atualização dos sistemas SIERI e SISTRA	40.000,00					
2	Realização de 3 Workshop para definição das áreas de atuação	60.000,00					
2.1	Desenvolvimento de material didático/instrucional						
2.2	Realização dos Workshop's						
2.3	Avaliação dos Cursos Workshop's						
3	Desenvolvimento do Marco Regulatório para as áreas de interesse	60.000,00					
3.1	Levantamento do referencial regulatório internacional						
3.2	Estabelecimento dos condicionantes regionais na avaliação de riscos e benefícios						
3.3	Proposição e Publicação das Resoluções						
4	Desenvolvimento do Sistema de Informação	200.000,00					
4.1	Desenvolvimento dos instrumentos de avaliação						
4.2	Desenvolvimento do Software em versões Web e móbile						
4.3	Validação do Software						
4.4	Formalização e lançamento do Sistema de Informação						
5	Realização de Cursos	40.000,00					
5.1	Preparação de material didático						



5.2	Realização de Cursos (2) para até 40 técnicos, com carga horária de 40h.						
5.3	Avaliação dos cursos nas práticas de VISA						
6	Realização de inspeções conjuntas com o Sistema de Informação	40.000,00					
6.1	Levantamento das demandas						
6.2	Realização das inspeções e lançamento no sistema						
6.3	Avaliação e publicação dos resultados						
	Total por ano	440.000,00					

Obs. Todos os custos com diárias e passagens dos Profissionais do IFBA estão incluídos nos custos, estando a VISA responsável por disponibilizar os locais dos cursos, bem como os deslocamentos internos no Estado para realização de inspeções.

7. ORIGEM E PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Orçamento e fontes de recursos:

○ projeto está orçado em R\$ 440.000,00/ano (quatrocentos e quarenta mil reais)



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO IFBA**

PARECER nº 292/2019 – PF/IFBA

REFERÊNCIA: Processo nº 23278.014931/2019-59

ASSUNTO: Termo Aditivo ao Contrato “nº 413/2016 firmado entre o IFBA e a FEP com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68”

1. A Chefe do Departamento de Programas e Projetos da PROEX enviou o expediente acima epigrafado, para análise e parecer, sobre a possibilidade de celebração de Termo Aditivo com inclusão de novo Plano de Trabalho ao Contrato entre o IFBA e a Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP.
2. A referida minuta do Termo Aditivo tem como objeto, segundo a Cláusula Primeira do instrumento em análise, *“a prorrogação por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2020, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o IFBA e a FEP com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina”*.
3. Trata-se da proposta de uma **alteração qualitativa** ao objeto do Convênio, desta forma, passamos à sua apreciação jurídica.
4. Iniciando a análise é importante mencionar que, por falta de diploma legal específico que regulamente a celebração dos convênios, deve ser observado o disposto no Artigo 116, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, no que couber, *verbis*:

Art.116. **Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.**

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

5. Relativamente aos convênios, é vedada a alteração do objeto aprovado, conforme determina o inciso XXIII do § 2º do artigo 1º, da Portaria Interministerial nº 507/2011:

Art. 1 (...)

(...)

§ 2º. Para efeitos dessa Portaria, considera-se:

(...)

XVIII – meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

XIX – objeto: produto do convênio, contrato de repasse ou termo de cooperação, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

(...)

XXIII – **termo aditivo**: instrumento que tenha por objetivo a modificação do convênio já celebrado, **vedada a alteração do objeto aprovado**.

6. Sobre a possível modificação do Plano de Trabalho do Convênio, a referida portaria prescreve que:

Art. 50. O convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado. (...)

Art. 52. O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive esta Portaria, sendo vedado:

(...)

III – alterar o objeto do convênio ou contrato de repasse, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

7. Com efeito, a regulamentação não determina de forma clara as situações de fato que podem ocorrer, assim como não aborda as eventuais limitações que podem ser aplicadas às passíveis modificações conveniais.

8. Reputamos razoável que situações peculiares possam interferir no objeto (ainda que não pudessem ser previstas na ocasião da celebração do pacto) e, assim, a alteração da dimensão do objeto no caso em análise não fere a sua funcionalidade básica, mas a amplia. Considere-se ainda que a finalidade do convênio e a sua função social devem ser as mesmas, não podendo ser, simplesmente, o foco da modificação. Desta forma, o acréscimo qualitativo a ser realizado tem como objetivo adaptar o objeto à nova circunstância e demanda social e não transformá-la em objeto distinto.

9. Consta dos autos eletrônicos o novo **Plano de Trabalho**, determinando *novas metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução e plano de aplicação dos recursos financeiros* do convênio. Cediço que o Plano de trabalho deve atender às determinações prescritas do Artigo 116 da Lei nº 8.666/93.

10. Pelo exposto, poderá o Termo Aditivo ao Contrato entre o IFBA e a FEP ser celebrado nas condições apresentadas.

É o nosso Parecer; à consideração superior.

Salvador, 21 de novembro de 2018.

Lênio Mercês Sampaio
Procurador Federal
Procurador-chefe PF/IFBA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
REITORIA
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS**

Ofício Nº 414/2019/PROEX-DPP.REI/REI

Salvador, 22 de novembro de 2019.

Ao Prof.

LUIZ ANTONIO MAGALHÃES PONTES

Diretor

FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP

Assunto: Encaminha Termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica– IFBA_FEP

Senhor Diretor,

Encaminhamos 02 (duas) vias do Termo aditivo ao termo de Cooperação a ser firmado entre IFBA tendo como objeto deste termo aditivo é a prorrogação por mais **12 (doze)** meses, a partir de **01/01/2020**, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o **IFBA** e a **FEP** com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68, para assinatura e posterior devolução e publicação.

Atenciosamente,

RENATO DA ANUNCIACAO FILHO

Reitor *Pro Tempore*



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ANUNCIACAO FILHO, Reitor**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1305161** e o código CRC **E820264E**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
REITORIA
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS**

Ofício Nº 415/2019/PROEX-DPP.REI/REI

Salvador, 22 de novembro de 2019.

Ao Senhor

VANDERLEI VANDERLINO VIDAL

Superintendente de Gestão Administrativa

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Rua Esteves Júnior, nº 160, Florianópolis/SC

**Assunto: Encaminha Termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica–
IFBA_VISASC_FEP.**

Prezado Diretor,

Encaminhamos 02 (duas) vias do Termo aditivo ao termo de Cooperação a ser firmado entre IFBA tendo como objeto a prorrogação da vigência contratual de 01/01/2020 até 31/12/2020.
1.2. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, mediante conclusão de processo licitatório, com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68, para assinatura e posterior devolução e publicação.

Atenciosamente,

RENATO DA ANUNCIACAO FILHO

Reitor *Pro Tempore*



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ANUNCIACAO FILHO, Reitor**
Pró-tempore, em 22/11/2019, às 11:40, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **1305220** e o código CRC **8B695A44**.

23278.014931/2019-59

1305220v7

Criado por [jacqueline](#), versão 7 por [edmilson](#) em 22/11/2019 11:40:38.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO IFBA**

PARECER nº 292/2019 – PF/IFBA

REFERÊNCIA: Processo nº 23278.014931/2019-59

ASSUNTO: Termo Aditivo ao Contrato “nº 413/2016 firmado entre o IFBA e a FEP com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68”

1. A Chefe do Departamento de Programas e Projetos da PROEX enviou o expediente acima epígrafado, para análise e parecer, sobre a possibilidade de celebração de Termo Aditivo com inclusão de novo Plano de Trabalho ao Contrato entre o IFBA e a Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP.
2. A referida minuta do Termo Aditivo tem como objeto, segundo a Cláusula Primeira do instrumento em análise, *“a prorrogação por mais 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2020, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o IFBA e a FEP com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina”*.
3. Trata-se da proposta de uma **alteração qualitativa** ao objeto do Convênio, desta forma, passamos à sua apreciação jurídica.
4. Iniciando a análise é importante mencionar que, por falta de diploma legal específico que regulamente a celebração dos convênios, deve ser observado o disposto no Artigo 116, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, no que couber, *verbis*:

Art.116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

5. Relativamente aos convênios, é vedada a alteração do objeto aprovado, conforme determina o inciso XXIII do § 2º do artigo 1º, da Portaria Interministerial nº 507/2011:

Art. 1 (...)

(...)

§ 2º. Para efeitos dessa Portaria, considera-se:

(...)

XVIII – meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

XIX – objeto: produto do convênio, contrato de repasse ou termo de cooperação, observados o programa de trabalho e as suas finalidades;

(...)

XXIII – **termo aditivo**: instrumento que tenha por objetivo a modificação do convênio já celebrado, **vedada a alteração do objeto aprovado**.

6. Sobre a possível modificação do Plano de Trabalho do Convênio, a referida portaria prescreve que:

Art. 50. O convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado. (...)

Art. 52. O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive esta Portaria, sendo vedado:

(...)

III – alterar o objeto do convênio ou contrato de repasse, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

7. Com efeito, a regulamentação não determina de forma clara as situações de fato que podem ocorrer, assim como não aborda as eventuais limitações que podem ser aplicadas às passíveis modificações conveniais.

8. Reputamos razoável que situações peculiares possam interferir no objeto (ainda que não pudessem ser previstas na ocasião da celebração do pacto) e, assim, a alteração da dimensão do objeto no caso em análise não fere a sua funcionalidade básica, mas a amplia. Considere-se ainda que a finalidade do convênio e a sua função social devem ser as mesmas, não podendo ser, simplesmente, o foco da modificação. Desta forma, o acréscimo qualitativo a ser realizado tem como objetivo adaptar o objeto à nova circunstância e demanda social e não transformá-la em objeto distinto.

9. Consta dos autos eletrônicos o novo **Plano de Trabalho**, determinando *novas metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução e plano de aplicação dos recursos financeiros* do convênio. Cediço que o Plano de trabalho deve atender às determinações prescritas do Artigo 116 da Lei nº 8.666/93.

10. Pelo exposto, poderá o Termo Aditivo ao Contrato entre o IFBA e a FEP ser celebrado nas condições apresentadas.

É o nosso Parecer; à consideração superior.

Salvador, 21 de novembro de 2019.


Lênio Mercês Sampaio
Procurador Federal
Procurador-chefe PF/IFBA

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 152804

Número do Contrato: 7/2016.
Nº Processo: 23041037486201626.
PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 12039966000111. Contratado : LINK CARD ADMINISTRADORA DE -BENEFICIOS EIRELI. Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, II, Lei nº 8666/1993, art. 20, §3º e art. 51 e Anexo IX da IN SG/MPDG nº 05/2017. Valor Total: R\$265.931,50. Fonte: 8100000000 - 2019NE800002 Fonte: 8100000000 - 2019NE800004 Fonte: 8100000000 - 2019NE800005 Fonte: 8100000000 - 2019NE800006. Data de Assinatura: 29/11/2019.

(SICON - 29/11/2019)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 23228.000763/2019-18. Ata de Registro de Preços nº 31/2019 - IFAP. Objeto: eventual prestação de serviço de festividades, homenagens e fornecimento de alimentação, em atendimento às demandas dos campi e reitoria do Ifap. Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - Reitoria. UASG: 158150. Fornecedor: CPINFORMAR COMERCIAL LTDA. CNPJ: 04.039.063/0001-02. Item Registrado: 05, 08, 13, 23. Fornecedor: REALIZA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME. CNPJ: 19.750.559/000167. Item Registrado: 01, 02, 03, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Decreto 5.450/2013, 8.538/2015 e Pregão 31/2019. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 29/11/2019.

CAMPUS LARANJAL DO JARI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2019 - UASG 158160

Número do Contrato: 5/2016.
Nº Processo: 23228001068201612.
PREGÃO SRP Nº 16/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DO. CNPJ Contratado: 03817702000150. Contratado : VOLUS TECNOLOGIA E GESTAO DE -BENEFICIOS LTDA. Objeto: Alteração do representante legal,dados empresariais e prorrogaçãp da vigência do contrato 05/2016, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva,corretiva e abastecimento de veículos no campus Laranjal do Jari. Fundamento Legal: Art. 57 da Lei nº 8.666/93 . Vigência: 24/12/2019 a 24/12/2020. Valor Total: R\$139.692,37. Fonte: 8100000000 - 2019NE800040 Fonte: 8100000000 - 2019NE800068 Fonte: 8100000000 - 2019NE800159 Fonte: 8100000000 - 2019NE800160. Data de Assinatura: 28/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158160-26426-2019NE800006

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

CAMPUS MANAUS - CENTRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - UASG 158445

Nº Processo: 23443032734201962 . Objeto: Capacitação de servidores conforme programação constante no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Artigo 25, II da Lei 8666/93. Declaração de Inexigibilidade em 29/11/2019. OSMAR RENATO RODRIGUES NETTO. Coordenador de Compras. Ratificação em 29/11/2019. WILLIAMIS DA SILVA VIEIRA. Diretor de Administração e Planejamento. Valor Global: R\$ 3.590,00. CNPJ CONTRATADA : 27.883.894/0001-61 INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

(SIDECE - 29/11/2019) 158445-26403-2019NE800011

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 23278.014931/2019-59 4º Termo Aditivo - Prorrogação, ao TERMO DE CONTRATO que entre si celebram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12, e a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ: 80.673.411/0001-87, com a intervenção da FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA-FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Este termo aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses. VIGÊNCIA: de 01/01/2020 a 31/12/2020 a contar da data da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 22/11/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Salvador, 28 de novembro de 2019.

CAMPUS EUNÁPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019 - UASG 158410

Nº Processo: 23291001806201919.
PREGÃO SRP Nº 11/2018. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DA. CNPJ Contratado: 11050221000190. Contratado : CASANOVA TURISMO LTDA -.Objeto: Prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens terretres compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de ticket de passagens. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10520/2002, e Decretos 2271/1997 e 7892/2013. Vigência: 14/11/2019 a 14/11/2020. Valor Total: R\$246.749,30. Fonte: 8100000000 - 2019NE800234 Fonte: 8100000000 - 2019NE800236. Data de Assinatura: 14/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158410-26427-2019NE800004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2019 - UASG 158410

Nº Processo: 23291001171201941.
INEXIGIBILIDADE Nº 3/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA DA. CNPJ Contratado: 17154931000147. Contratado : CONTENCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.Objeto: Contratação de serviços de manutenção de equipamentos de medição do laboratório interdisciplinar de solos e materiais de construção. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002 .Vigência: 18/11/2019 a 18/11/2020. Valor Total: R\$29.990,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800235. Data de Assinatura: 18/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158410-26427-2019NE800004

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2019 - UASG 158129

Nº Processo: 23327250135201955.
PREGÃO SRP Nº 7/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 03557312000199. Contratado : CINCO ESTRELAS TRANSPORTES E -LOGISTICA LTDA. Objeto: Prestação de serviço de transporte de bagagem. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/2002 e regulamentações. Vigência: 18/11/2019 a 17/11/2020. Valor Total: R\$2.126,16. Fonte: 8108000000 - 2019NE800236. Data de Assinatura: 18/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158129-26404-2019NE800045

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2019 - UASG 158129

Nº Processo: 23327250306201946.
PREGÃO SRP Nº 8/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 12018845000193. Contratado : ARQ'TEC-COMERCIO E SERVICOS LTDA -.Objeto: Serviço de manutenção preventiva/corretiva, instalação e desinstalação de ar condicio nado. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02 e suasregulamentações. Vigência: 02/12/2019 a 01/12/2020. Valor Total: R\$4.035,00. Fonte: 8650026404 - 2019NE800190. Data de Assinatura: 27/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158129-26404-2019NE800045

EXTRATO DE EDITAL Nº 133, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

PROCESSO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES, NO ANO LETIVO DE 2020, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PROCESSAMENTO DE VEGETAIS E DERIVADOS NO ÂMBITO DO IF BAIANO - CAMPUS GUANAMBI

O Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação em exercício no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no uso de suas atribuições, atendendo à Portaria Normativa MEC no 13, de 11 de maio de 2016, a Lei no. 12.990, de 9 de junho de 2014, à Lei no. 12.887, de 20 de outubro de 2010, à Lei no13.146, de 06 de julho de 2015 e ao Decreto no. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, torna pública a abertura de inscrições do Processo de Seleção de estudantes para ingresso no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Processamento de Vegetais e Derivados no âmbito do IF Baiano, Campus Guanambi. Serão ofertadas 20 vagas para ingresso no ano de 2020, sendo quatro vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas e uma vaga para pessoa com deficiência nos termos da lei. Período de inscrições: de 22/11/2019 a 26/11/2019. A íntegra do Edital nº 133/2019 contendo demais informações se encontra disponível no endereço eletrônico: concursos.ifbaiano.edu.br.

CARLOS ELIZIO COTRIM

EXTRATO DE EDITAL Nº 132, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

PROCESSO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES, NO ANO LETIVO DE 2020.1, NO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL STRICTO SENSU EM PRODUÇÃO VEGETAL NO SEMIÁRIDO

O Reitor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no uso de suas atribuições, atendendo à Portaria Normativa MEC no 13, de 11 de maio de 2016, a Lei no. 12.990, de 9 de junho de 2014, à Lei no. 12.887, de 20 de outubro de 2010, à Lei no13.146, de 06 de julho de 2015 e ao Decreto no. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, torna público o presente Edital, contendo as normas do Processo Seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2020 no Mestrado Profissional Stricto sensu em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS), ofertado pelo IF Baiano. Serão ofertadas até 12 vagas para ingresso no MPPVS em 2020, sendo 2 vagas reservadas a candidatos negros (pretos ou pardos) e indígenas, e uma vaga destinada a pessoas com deficiência.. Período de inscrições: de 02/12/2019 à 17/01/2020. A íntegra do Edital nº 132/2019 contendo demais informações se encontra disponível no endereço eletrônico: concursos.ifbaiano.edu.br.

MARCELITO TRINDADE ALMEIDA

CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 154618

Número do Contrato: 7/2017.
Nº Processo: 23337000251201744.
PREGÃO SRP Nº 13/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 33065699000127. Contratado : SEGUROS SURA S.A. -.Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 07/2017, que trata da prestação de serviço de seguro estudantil, para atender as demandas do Campus Governador Mangabeira pelo período de 12 meses. Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93, Lei 10520/2002 e alterações. Vigência: 01/12/2019 a 30/11/2020. Valor Total: R\$8.910,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800077. Data de Assinatura: 28/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 154618-26404-2019NE800001

CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 154581

Número do Contrato: 4/2018.
Nº Processo: 23334000820201862.
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, -CIENCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 02737592000154. Contratado : NOVA BAHIA LTDA -.Objeto: Supressão e acréscimo de valores ao Contrato 04/2018, que visa à contratação de empresa especializada na execução de Projeto de Acessibilidade nas áreas internas e externas do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações. Vigência: 26/11/2019 a 01/03/2020. Valor Total: R\$29.829,53. Fonte: 8108000000 - 2019NE800262. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 154581-26404-2019NE800014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
CNPJ: 10.791.831/0001-82

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição informa que foram registrados 01 (um) diploma no período de 02/09/2019, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: Livro 02 - registros nº 19.

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço: <https://www.ifb.edu.br/>

Brasília, 28 de novembro de 2019.
RICARDO FRANGIOSI DE MOURA
Diretor-Geral-CAMPUS CEILÂNDIA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
REITORIA
DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Ofício Nº 462/2019/PROEX-DPP.REI/REI

Salvador, 19 de dezembro de 2019.

Ao Prof.

LUIZ ANTONIO MAGALHÃES PONTES

Diretor

FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA - FEP

Assunto: Encaminha Termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica– IFBA_FEP

Senhor Diretor,

Encaminhamos 02 (duas) vias do Termo aditivo ao termo de Cooperação a ser firmado entre IFBA tendo como objeto deste termo aditivo é a prorrogação por mais **12 (doze)** meses, a partir de **01/01/2020**, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o **IFBA** e a **FEP** com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68, para arquivamento.

Atenciosamente,

RENATO DA ANUNCIACAO FILHO

Reitor *Pro Tempore*



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DA ANUNCIACAO FILHO, Reitor**
Pró-tempore, em 19/12/2019, às 11:45, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1342620** e o código CRC **3E457A42**.

23278.014931/2019-59

1342620v2

Criado por [jacqueline](#), versão 2 por [jacqueline](#) em 19/12/2019 11:26:55.



**QUARTO TERMO ADITIVO DO TERMO DE
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A
FUNDAÇÃO POLITÉCNICA DA BAHIA.**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério de Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com sede na Rua Araújo Pinho nº 39, Canela, Salvador – BA, CEP: 40110-150, inscrita no CNPJ sob o nº **10.764.307/0001-12**, doravante denominado **IFBA**, neste ato representado por sua Reitora, Prof.º **RENATO DA ANUNCIÇÃO FILHO**, Cédula de Identidade nº 01321999-55– SSP/BA, CPF nº 195.341.405-20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Thomaz Gonzaga, nº 225 - Pernambués - Salvador - Bahia - BA, nomeado pelo Decreto de 13 de agosto, publicado no Diário Oficial da União de 13/08/2014, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA (FEP)**, sediada na Rua professor Severo Pessoa, nº 31 – Bairro Federação, nesta Capital, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº. 15.255.367/0001-23, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. **Luiz Antônio Magalhães Pontes**, devidamente inscrito no CPF nº 654.405.877-72, **RESOLVEM**, entre si, firmar o presente **TERMO DE ADITIVO**, doravante designado **ADITIVO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo aditivo é a prorrogação por mais **12 (doze)** meses, a partir de **01/01/2020**, ao termo de contrato nº 413/2016 firmado entre o **IFBA** e a **FEP** com a finalidade de dar apoio ao projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais cláusulas do Contrato Original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **IFBA** providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste ADITIVO no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Justiça Federal da Capital do Estado da Bahia.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Visto Diretor Geral IFBA	Visto Assessoria Jurídica IFBA	Visto Diretor Geral FEP
--------------------------------	--------------------------------------	-------------------------------

20 DEZ 2019
009398



Salvador, de de 2019.

Renato da Anunciação Filho
Reitor
Gabinete da Reitoria do IFBA

RENATO DA ANUNCIÇÃO FILHO
Reitor do IFBA

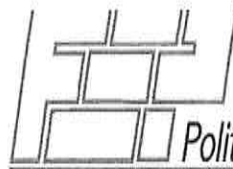
LUIZ ANTÔNIO MAGALHÃES PONTES
Diretor Geral - FEP

Fundação Escola Politécnica da Bahia
Luiz Antônio Magalhães Pontes
Diretor Geral

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ENTRE A FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA.

DO OBJETO

O objeto deste Plano de Trabalho é o desenvolvimento de pesquisa tecnológica e inovação através da realização do projeto de desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

Este plano de trabalho será executado em 12 meses.

JUSTIFICATIVA

Desde os primórdios do processo de regulação à saúde, o risco tem sido o objeto central do marco regulatório e das práticas de vigilância sanitária, ambiental, do trabalhador e epidemiológica. No âmbito da vigilância sanitária, tal constatação se torna ainda mais evidente, pois a Lei n. 8080/1990 já a definiu como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde (...)”. (BRASIL, 1990).

Costa (1999), ao descrever a conformação do campo de vigilância sanitária, demonstra que as preocupações com o controle das práticas médicas, a conservação de alimentos e a possibilidade de falsificações, remonta os povos antigos, mas a ampliação das ações regulatórias acompanhou o incremento da produção de bens e serviços de interesse da saúde.

Assim, por mais que se tente desenvolver metodologias para objetivar os processos de avaliação dos produtos e serviços regulados pela vigilância sanitária, a tomada de decisão e as ações adotadas sempre necessitam de informações e avaliações conjunturais que vão além das avaliações de risco realizadas.

A situação fica ainda mais clara mediante alguns exemplos. Se encontrarmos uma clínica de radiologia que funciona clandestinamente e utiliza equipamentos sem registro na ANVISA, a vigilância sanitária pode interditar imediatamente o serviço, mesmo que seja o único de uma cidade. Entretanto, se a mesma situação for verificada em um serviço de hemodinâmica, avaliações complementares precisam ser realizadas, inclusive porque o gestor precisa ponderar que, se o serviço for interditado imediatamente e um paciente for a óbito por falta de atendimento, o gestor pode ser responsabilizado, até pela própria sociedade, como tendo sido inconsequente na ação. Contudo, se o serviço estiver localizado numa cidade onde existem outros que podem absorver a demanda, a ação também pode ser realizada imediatamente, sem maiores consequências.

A avaliação de risco consolidou-se, portanto, como uma atividade de natureza científica (estatística e epidemiológica), mas o seu gerenciamento ficou, até hoje, muito mais a cargo das orientações político-administrativas, responsáveis por integrar os resultados da avaliação de risco com as preocupações de ordem social, econômica e política para embasar uma decisão.

Trata-se de um redesenho do “modus operandi” da vigilância, de modo semelhante à ruptura de paradigma estabelecido no discurso sanitária, no século passado, quando o foco na doença foi

substituído pelo enfoque na saúde. Foi na Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, em 1986, que a ideia de saúde como qualidade de vida e, portanto, como produto de diversos fatores surgiu. Tal visão amplia o conceito proposto pela OMS, pois a concepção de saúde deixa de ser somente a existência de um completo bem-estar físico, social e mental para ser o resultado das condições em que vive o ser humano (Backes et al, 2009).

No campo da vigilância Sanitária, a inserção do conceito de benefício irá requerer, além de instrumentos que possam quantificar e reduzir a subjetividade nas avaliações dos riscos potenciais dos serviços, um marco regulatório que estabeleça os indicadores de benefício. Somente mediante uma avaliação mais objetiva dos benefícios podem ser indicados os benefícios potenciais e, conseqüentemente, será possibilitada a desejável avaliação do benefício potencial líquido, conceitos a serem introduzidos no modelo proposto.

Como a vigilância sanitária regula as mais diversas práticas e tecnologias, necessita de um novo paradigma que contemple essa diversidade, as avaliações de riscos e benefícios, bem como a necessidade de comparar os diferentes benefícios potenciais líquidos, instrumentalizando as tomadas de decisões e o estabelecimento de prioridades nas ações.

A construção do novo modelo trata-se de um desafio, mas, considerando a “expertise” acumulada nos últimos 18 anos e os resultados dos desenvolvimentos teóricos realizados até o momento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), através do seu Núcleo de Tecnologia em Saúde (NTS/IFBA), se propõe a continuar a sua parceria com a Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no sentido de estruturar um sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde.

DA COORDENAÇÃO

Coordena o projeto o Prof. Dr. Marcus Vinicius Teixeira Navarro, conforme projeto aprovado junto a Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

EQUIPE EXECUTORA

Além do coordenador e vice, farão parte da equipe executora do projeto os seguintes profissionais:

Nome	Título	Atividades
Vanessa Lorena de Medeiros Freitas	Mestre	Especialista em VISA e gerenciamento de risco
Eliana Auxiliadora Magalhães	Doutora	Especialista em VISA
Luciana Santos Freitas	Especialista	Especialista em VISA
Enoque Joseneas Jesus dos Santos	Graduado	Tecnologia da informação
Dante Aurelio Dantas de Menezes	Mestre	Tecnologia da informação
Ivo Chaves de França	Graduado	Tecnologia da informação
Lauro Pinho Damasceno	Graduado	Tecnologia da informação
Thiago Souza Hohlenweger	Graduado	Tecnologia da informação
Reinaldo Fonseca da Costa	Graduado	Tecnologia da informação
Lênio Costa Pinto	Graduado	Dsigne

Obs. Outros profissionais poderão participar do projeto a depender das demandas da Vigilância Sanitária, incluindo estagiários e bolsistas.

METAS, ATIVIDADES E CRONOGRAMA

Metas

Espera-se que ao final do projeto as seguintes metas sejam alcançadas:

- a) Desenvolvimento de Estudos, Pesquisa tecnológica e Inovação, nas áreas de gerenciamento de riscos e vigilância sanitária;
- b) Publicação dos Estudos, Normas, Pesquisa tecnológica e Inovação;
- c) Realização de cursos de capacitação e transferência tecnológica para os profissionais da VISASC;
- d) Desenvolvimento e manutenção de Sistema de informação;
- e) Atendimento às demandas da VISA SC.

Descrição das atividades

Para a elaboração deste projeto pretende-se dividi-lo em três etapas:

- a) Desenvolvimento de estudos, pesquisas e inovação:
 - a.1 Atualização e Inovação dos métodos de avaliação e gerenciamento de riscos e benefícios potenciais;
 - a.2 Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação;
 - a.3 Publicação e registro de patente das inovações, estudos, normas e pesquisas desenvolvidos.
- b) Qualificação profissional e atendimento às demandas da VISA
 - b.1 Realização de treinamentos e inspeções conjuntas com a VISA SC;
 - b.2 Atendimento às possíveis demandas da VISA SC relacionadas ao gerenciamento de riscos e benefícios
- c) Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação.
 - c.1 Desenvolvimento, implantação e manutenção de inovadores sistemas de informação para tomada de decisão em visa;

Visto Setor Projetos FEP	Visto Assessoria Diretoria FEP	Visto Diretor Geral FEP
--------------------------------	--------------------------------------	-------------------------------



Cronograma

Etapa	Executor	Mês											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
a.1	I												
b.1	I/F												
b.2	I												
C.1	I												

I= IFBA e F= FEP

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO

Os mecanismos utilizados para execução, acompanhamento e avaliação serão os que se seguem:

IFBA

Apresentação de relatório técnico mensal à VISA SC contendo atividades, ensaios e avaliações realizadas, principais dificuldades encontradas e ações de correção.

FEP

Apresentação de relatório financeiro anual contendo recursos recebidos e despesas realizadas em consonância com o plano de aplicação.

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS

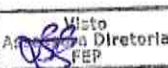
Os recursos para a realização do presente plano de trabalho serão oriundos do Contrato 413/2016, conforme especificações constantes no processo nº 23278.010264/2015-68.

PLANO DE APLICAÇÃO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento do Projetos				
Estruturar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos e Benefícios à Saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina				
ANEXO - I				
PLANO DE APLICAÇÃO - CONTRATO Nº 2/2016 IFBA/FEP				
ELEMENTO DE DESPESA/RUBRICA	Nº de Meses/Parcelas	Unidade	Valor Unitários	Valor Total
Recursos Humanos - Bolsas				
Iniciação Científica/Estágio	12	5	R\$ 700,00	R\$ 42.000,00
Pesquisador	12	1	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
Pesquisador	12	1	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00



Pesquisador	12	3	R\$ 3.500,00	R\$ 126.000,00
Coordenação da Pesquisa	12	1	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
			Total Global	R\$ 276.000,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA				
Serviços Necessários para a Execução do Projeto				R\$ 15.000,00
			Total Global	R\$ 15.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
Passagens Aéreas / Intermunicipais				R\$ 39.000,00
			Total Global	R\$ 39.000,00
MATERIAL DE CONSUMO				
Materiais Diversos Necessários para a Execução do Projeto				R\$ 8.200,00
			Total Global	R\$ 8.200,00
DIÁRIAS				
Diárias	12	12	R\$ 325,00	R\$ 41.800,00
			Total Global	R\$ 41.800,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
D.O.A.P - Despesas Operacionais e Administrativas do Projeto				R\$ 30.800,00
			Total Global	R\$ 30.800,00
DESPESAS DE CAPITAL				
Materiais Permanentes para atender às Necessidades do Projetos/LAFIR				R\$ 29.200,00
			Total Global	R\$ 29.200,00
VALOR DO ADITIVO				R\$ 440.000,00

CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 152804

Número do Contrato: 7/2016.

Nº Processo: 23041037486201626.

PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CNPJ Contratado: 12039966000111. Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI. Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, II, Lei nº 8.666/1993, art. 20, §3º e art. 51 e Anexo IX da IN SG/MPDG nº 05/2017. Valor Total: R\$265.931,50. Fonte: 8100000000 - 2019NE800002 Fonte: 8100000000 - 2019NE800004 Fonte: 8100000000 - 2019NE800005 Fonte: 8100000000 - 2019NE800006, Data de Assinatura: 29/11/2019.

(SICON - 29/11/2019)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 23228.000763/2019-18. Ata de Registro de Preços nº 31/2019 - IFAP. Objeto: eventual prestação de serviço de festividades, homenagens e fornecimento de alimentação, em atendimento às demandas dos campi e reitoria do Ifap. Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - Reitoria. UASG: 158150. Fornecedor: CPINFORMAR COMERCIAL LTDA. CNPJ: 04.039.063/0001-02. Item Registrado: 05, 08, 13, 23. Fornecedor: REALIZA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME. CNPJ: 19.750.559/000157. Item Registrado: 01, 02, 03, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Decreto 5.450/2013, 8.538/2015 e Pregão 31/2019. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 29/11/2019.

CAMPUS LARANJAL DO JARI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2019 - UASG 158160

Número do Contrato: 5/2016.

Nº Processo: 23228001068201612.

PREGÃO SRP Nº 16/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CNPJ Contratado: 03817703000150. Contratado: VOLUX TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA. Objeto: Alteração do representante legal, dados empresariais e prorrogação de vigência do contrato 05/2016, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e abastecimento de veículos no campus Laranjal do Jari. Fundamento Legal: Art. 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 24/12/2019 a 24/12/2020. Valor Total: R\$138.632,37. Fonte: 8100000000 - 2019NE800040 Fonte: 8100000000 - 2019NE800068 Fonte: 8100000000 - 2019NE800159 Fonte: 8100000000 - 2019NE800160, Data de Assinatura: 28/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158160-26426-2019NE800006

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

CAMPUS MANAUS - CENTRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - UASG 158445

Nº Processo: 23443032734201962. Objeto: Capacitação de servidores conforme programação constante no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Artigo 25, II da Lei 8666/93. Declaração de Inexigibilidade em 29/11/2019. OSMAR RENATO RODRIGUES NETTO, Coordenador de Compras. Ratificação em 29/11/2019. WILLIAMIS DA SILVA VIEIRA, Diretor de Administração e Planejamento. Valor Global: R\$ 3.590,00. CNPJ CONTRATADA: 27.883.894/0001-61 INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

(SISEC - 29/11/2019) 158445-26403-2019NE800011

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo 73277.014931/2019-59 4º Termo Aditivo - Prorrogação, ao TERMO DE CONTRATO que entre si celebraram o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, CNPJ: 10.764.307/0001-12, e a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ: 80.878.411/0001-87, com a intervenção da FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA-FEP, CNPJ: 15.255.367/0001-23. OBJETO: Este termo aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses. VIGÊNCIA: de 01/01/2020 a 31/12/2020 a contar da data da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 22/11/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Salvador, 28 de novembro de 2019.

CAMPUS EUNÁPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019 - UASG 158410

Nº Processo: 23291001806201919.

PREGÃO SRP Nº 11/2018. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CNPJ Contratado: 11050221000190. Contratado: CASANOVA TURISMO LTDA - Objeto: Prestação de serviço continuado de agência de viagens terrestres compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de ticket de passagens. Fundamento Legal: Lei 8666/93, Lei 10520/2002, e Decretos 2271/1997 e 7892/2013. Vigência: 14/11/2019 a 14/11/2020. Valor Total: R\$246.749,30. Fonte: 8100000000 - 2019NE800234 Fonte: 8100000000 - 2019NE800236. Data de Assinatura: 14/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158410-26427-2019NE800004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2019 - UASG 158410

Nº Processo: 23291001171201941.

INEXIGIBILIDADE Nº 3/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CNPJ Contratado: 17154931000147. Contratado: CONTECO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Objeto: Contratação de serviços de manutenção de equipamentos de medição do laboratório interdisciplinar de solos e materiais de construção. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002. Vigência: 18/11/2019 a 18/11/2020. Valor Total: R\$29.990,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800235. Data de Assinatura: 18/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158410-26427-2019NE800004

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2019 - UASG 158129

Nº Processo: 23327250135201955.

PREGÃO SRP Nº 7/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 03557312000199. Contratado: CINCO ESTRELAS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA. Objeto: Prestação de serviço de transporte de bagagem. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/2002 e regulamentações. Vigência: 18/11/2019 a 17/11/2020. Valor Total: R\$2.126,16. Fonte: 8108000000 - 2019NE800236. Data de Assinatura: 18/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158129-26404-2019NE800045

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2019 - UASG 158129

Nº Processo: 23327250306201946.

PREGÃO SRP Nº 8/2019. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 12018845000193. Contratado: ARQTEC-COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - Objeto: Serviço de manutenção preventiva/corretiva, instalação e desinstalação de ar condicionado. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02 e suas regulamentações. Vigência: 02/12/2019 a 01/12/2020. Valor Total: R\$4.035,00. Fonte: 8650026404 - 2019NE800190, Data de Assinatura: 27/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 158129-26404-2019NE800045

EXTRATO DE EDITAL Nº 133, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

PROCESSO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES, NO ANO LETIVO DE 2020, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PROCESSAMENTO DE VEGETAIS E DERIVADOS NO ÂMBITO DO IF BAIANO - CAMPUS GUANAMBI

O Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação em exercício no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no uso de suas atribuições, atendendo à Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, à Lei nº 12.887, de 20 de outubro de 2010, à Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e ao Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, torna pública a abertura de inscrições do Processo de Seleção de estudantes para ingresso no Curso de Pós-Graduação LATO SENSU em Processamento de Vegetais e Derivados no âmbito do IF Baiano, Campus Guanambi. Serão ofertadas 20 vagas para ingresso no ano de 2020, sendo quatro vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas e uma vaga para pessoa com deficiência nos termos da Lei. Período de inscrições: de 22/11/2019 a 26/11/2019. A íntegra do Edital nº 133/2019 contendo demais informações se encontra disponível no endereço eletrônico: concursos.ifbaiano.edu.br.

CARLOS ELIZIO COTRIM

EXTRATO DE EDITAL Nº 132, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

PROCESSO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES, NO ANO LETIVO DE 2020, NO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL STRICTO SENSU EM PRODUÇÃO VEGETAL NO SEMIÁRIDO

O Reitor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), no uso de suas atribuições, atendendo à Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, à Lei nº 12.887, de 20 de outubro de 2010, à Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e ao Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, torna pública a presente Edital, contendo as normas do Processo Seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2020 no Mestrado Profissional Stricto Sensu em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS), ofertado pelo IF Baiano. Serão ofertadas até 12 vagas para ingresso no MPPVS em 2020, sendo 2 vagas reservadas a candidatos negros (pretos ou pardos) e indígenas, e uma vaga destinada a pessoas com deficiência. Período de inscrições: de 02/12/2019 a 17/01/2020. A íntegra do Edital nº 132/2019 contendo demais informações se encontra disponível no endereço eletrônico: concursos.ifbaiano.edu.br.

MARCELITO TRINDADE ALMEIDA

CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 154618

Número do Contrato: 7/2017.

Nº Processo: 23337000251201744.

PREGÃO SRP Nº 13/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 33065699000127. Contratado: SEGUROS SURA S.A. - Objeto: Prorrogação da vigência do contrato 07/2017, que trata da prestação de serviço de seguro estudantil, para atender as demandas do Campus Governador Mangabeira pelo período de 12 meses. Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93, Lei 10520/2002 e alterações. Vigência: 01/12/2019 a 30/11/2020. Valor Total: R\$3.910,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800077, Data de Assinatura: 28/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 154618-26404-2019NE800001

CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 154581

Número do Contrato: 4/2018.

Nº Processo: 23334000820201862.

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 02737592000154. Contratado: NOVA BAHIA LTDA - Objeto: Supressão e acréscimo de valores ao Contrato 04/2018, que visa à contratação de empresa especializada na execução de Projeto de Acessibilidade nas áreas internas e externas do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações. Vigência: 26/11/2019 a 01/03/2020. Valor Total: R\$29.829,53. Fonte: 8108000000 - 2019NE800262, Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 29/11/2019) 154581-26404-2019NE800014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

AVISO

REGISTRO DE DIPLOMAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
CNPJ: 10.791.831/0001-82

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição informa que foram registrados 01 (um) diploma no período de 02/09/2019, nos seguintes livros do registro e sequências numéricas: Livro 02 - registros nº 19.

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço: <https://www.ifb.edu.br/>

Brasília, 28 de novembro de 2019.
RICARDO FRANGIOSI DE MOURA
Diretor-Geral-CAMPUS CEILÂNDIA

